



## Lyra criticado por grupos pedessistas

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"O voto dado ao doutor Ulysses equivale a começar a Constituinte por uma inconstitucionalidade. Pior, porém, seria entregar a presidência da Câmara ao radicalismo infanto-juvenil do deputado Fernando Lyra. O mal menor, portanto, é começar a Constituinte por uma inconstitucionalidade."

O diagnóstico foi feito pelo senador Roberto Campo, durante reunião da Executiva Nacional do PDS com sua bancada federal, realizada ontem, pela manhã, para discutir a posição do partido na Assembleia Nacional Constituinte. O líder na Câmara, Amaral Neto, também criticou Lyra. Mencionando seu comparecimento anteontem à reunião da bancada, disse que "foi um golpe de mestre. Ele tem cara de pau. Impressionou muitos companheiros. Confio, porém, na posição da bancada e na palavra de meus companheiros. Nunca tapeei adversário. Não vou dizer que garanto os votos da bancada toda para Ulysses se não puder fazê-lo".

O mais importante da reunião da cúpula do PDS foi a intervenção de Campos:

"Gostaria de dizer aos senhores, inicialmente, que minha posição ante a Assembleia Nacional Constituinte é escandalosa e heterodoxa. Procura-se dar a ela extraordinária importância reduzindo-se a importância do Congresso ordinário. Acho a Constituinte uma aberração porque não houve ruptura da ordem constitucional, situação, portanto, totalmente diferente da Independência, da Proclamação da República e da queda do Estado Novo. A transição política de 1984 foi perfeitamente normal. O que devia ser feito era ampla reforma da Constituição para a qual o congresso tinha amplos poderes, exceto no que diz respeito à monarquia e à federação. Por que foi

convocada a Assembleia Nacional Constituinte? Porque certos grupos persuadiram Tancredo Neves que somente a Constituinte aceleraria o processo de mudanças de que todo mundo fala, mas que ninguém concretiza".

Para o senador matogrossense "a Constituinte vai ser um carnaval cívico por causa da mudança do quórum. Antes eram exigidos 2/3 dos votos, o que exprimia a votação majoritária da sociedade. Com a maioria simples, grupos radicais têm a esperança de votar mudanças graças às maiorias organizadas em clima de furor emocional ou ideológico".

Roberto Campos denunciou ainda "o abuso de decretos-leis. Teremos a ditadura declarada com o recesso da Câmara e do Senado". Para ele, "uma das grandes discussões, que ora se trava, é sobre a mecânica fabricada da Constituição: se através de comissão geral ou de comissões. Esta me parece a solução feliz porque permite maior grau de participação e multiplica a superfície sobre que grupos de pressões organizados se poderão aplicar. É muito mais difícil exercer pressão simultânea e organizada sobre dez comissões que sobre uma. Por razão tática, torna-se aconselhável a mecânica das comissões".

Ele acha ainda que "todas as distorções do autoritarismo administrativo não vêm do texto constitucional e sim, da violação ao texto constitucional, frequente entre nós, porque inexistente corte constitucional e porque o Supremo Tribunal não tem exercido a função de defesa da Constituição e do povo contra abusos administrativos. Na Constituinte, temos de reforçar o Supremo ou criar corte constitucional".

O encontro foi presidido pelo senador Jarbas Passarinho e contou com várias intervenções do deputado Konder Reis (PDS-SC), autor de Propostas de regimento interno da Constituinte.